

Modelo de Governo

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Associação Industrial Portuguesa	18-12-2023	2023-2025
Secretário	Pedro Manuel Mota C. Grilo	18-12-2023	2023-2025
Conselho de Administração			
Presidente	Carlos Alberto do Maio Correia	25-10-2022	2022-2024
Vogal Executivo	Carla Maria Lamego Ribeiro	25-10-2022	2022-2024
Vogal Executivo	Ricardo Jorge de Sousa Roque	25-10-2022	2022-2024
Vogal Executivo	Isabel Sofia de Moura Ramos	25-10-2022	2022-2024
Vogal Executivo	António Hugo Lindo Santos Caracol	25-10-2022	2022-2024
Conselho Fiscal			
Presidente	Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas	18-12-2023	2023-2025
Vogal Efetivo	Tiago Manuel Rodrigues Estevinho	18-12-2023	2023-2025
Vogal Efetivo	Carla Sofia Baptista Reis Santos	18-12-2023	2023-2025
Vogal Suplente	Rui Miguel Marques Neves pinho Bandeira	18-12-2023	2023-2025
Revisor Oficial de Contas			
SROC	Vitor Almeida & Associados, SROC n.º 191	24-07-2024	2024-2026
Representada por	Vitor Manuel Batista de Almeida, ROC n.º 691	24-07-2024	2024-2026
		<i>Contrato</i> 23-08-2024	2024-2026
ROC Suplente	Rosa, Correia e Associados, SROC, SA n.º 143	24-07-2024	2024-2026

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	29-06-2016	2016-2018
Secretário	Pedro Manuel Mota C. Grilo	29-06-2016	2016-2018
Conselho de Administração			
Presidente	Maria Lídia Ferreira Sequeira (<i>renunciou em 2021</i>)	23-05-2016	2016-2018
Vogal Executivo	José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	23-05-2016	2016-2018
Vogal Executivo	Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	23-05-2016	2016-2018
Vogal Executivo	Ricardo Jorge de Sousa Roque	23-05-2016	2016-2018
Vogal Executivo	Carlos Alberto do Maio Correia	23-05-2016	2016-2018
Conselho Fiscal			
Presidente	Teresa Isabel Carvalho Costa	29-06-2016	2016-2018
Vogal Efetivo	Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio	29-06-2016	2016-2018
Vogal Efetivo	PriceWaterHouseCoopers & Associados – SROC nº 183 representada por José Miguel Dantas Maio Marques, ROC nº 1271 (<i>renunciou em 2019</i>)	29-06-2016	2016-2018
Vogal Suplente	José Manuel Henriques Bernardo, ROC nº 903 (<i>renunciou em 2019</i>)	29-06-2016	2016-2018



Estatuto remuneratório fixado

Mandato 2022-2024 (CA)

Mandato 2023-2025 (MAG e CF)

Mandato 2024-2026 (ROC)

1. Mesa da Assembleia Geral

O estatuto remuneratório foi fixado por Deliberação Social Unânime Por Escrito, datada de 18 de dezembro de 2023, através da qual foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral da APSS para o triénio 2023-2025.

Presidente: Valor Líquido: 500 €;

Secretário: Valor Líquido: 350 €.

Ao estatuto remuneratório fixado aplicam-se as disposições legais que o tomem por objeto.

2. Conselho de Administração

O estatuto remuneratório foi fixado por Deliberação Social Unânime Por Escrito, datada de 25 de outubro de 2022, através da qual foram eleitos os membros do Conselho de Administração da APSS para o triénio 2022-2024.

Remunerações Fixas:

Presidente: vencimento mensal líquido de 4.922,84 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.969,14 €, pago 12 vezes por ano;

Vogais: vencimento mensal de 3.938,27 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.575,31 €, pago 12 vezes por ano.

Remunerações Variáveis:

De montante e forma de pagamento estabelecidas no Contrato de Gestão a celebrar nos termos do disposto nos artigos 18.º e 30.º do Estatuto do Gestor Público (EGP) e na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios sociais:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa, com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez;
- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do EGP;

- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do EGP.

Não é permitida:

- a) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do EGP; e
- b) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do EGP.

Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março.

A remuneração dos administradores, bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportados, em partes iguais, pela APSS e pela APL, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março.

Ao presente estatuto remuneratório aplicam-se as disposições legalmente vigentes que o tomem por objeto.

3. Conselho Fiscal

O estatuto remuneratório foi fixado por Deliberação Social Unânime Por Escrito, datada de 18 de dezembro de 2023, através da qual foram eleitos os membros do Conselho Fiscal da APSS para o triénio 2023-2025.

Presidente: Valor Ilíquido de 1.420,02 €, pago 14 vezes por ano;

Vogal Efetivo: Valor Ilíquido de 1.065,02 €, pago 14 vezes por ano.

Os membros do Conselho Fiscal, comuns à APSS e APL, auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

A remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal é suportada, em partes iguais, pela APL e pela APSS.

Ao estatuto remuneratório fixado aplicam-se as disposições legais que o tomem por objeto.

4. Revisor Oficial de Contas

Os honorários anuais ilíquidos, para cada período anual do mandato, foram fixados por Deliberação Social Unânime Por Escrito, datada de 24 de julho de 2024, através da qual foram eleitas a SROC efetiva e suplente da APSS para o mandato 2024-2026.

Honorários anuais ilíquidos: 18.583,92 €

O montante e a periodicidade dos pagamentos dos honorários constam do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Conselho de Administração da APSS e a SROC eleita.

O contrato prevê, ainda, o pagamento de 9.291,96 € por exercício a título de honorários pelos trabalhos de revisão legal das contas referentes aos exercícios de 2019 a 2023, conforme proposta apresentada pelo Conselho Fiscal.

Aos referidos valores dos honorários acresce o IVA, à taxa legal em vigor.

As despesas de transporte e alojamento, bem como quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções serão reembolsadas à SROC.

Aos valores dos honorários são aplicadas as disposições legalmente vigentes que os tomem por objeto em cada momento.

Mandato 2016-2018

1. Mesa da Assembleia Geral

Presidente: senha de presença no valor de 500,00 €

Secretário: senha de presença no valor de 350,00 €

A estes valores ilíquidos fixados devem ser aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente vigentes. Aplicam-se ainda outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas. A remuneração efetivamente auferida não pode exceder o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro.

2. Conselho de Administração

Presidente: Vencimento mensal ilíquido: 4.864,34 € pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.945,74 €, pago 12 vezes por ano.

Vogal executivo: Vencimento mensal ilíquido: 3.891,47 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.556,59 €, pago 12 vezes por ano.

O subsídio de Natal será pago mensalmente, por duodécimos, e apurado respetivamente nos termos do nº 1 e 2 do artigo 20º da Lei nº 7-A/2016, de 7 de março.

Durante a manutenção do procedimento por défice excessivo ou a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), são prorrogados, nos termos do artigo 101º do Decreto-lei nº 18/2016, de 13 de abril (Decreto-lei de execução do Orçamento do Estado para 2016) os efeitos temporários das normas e medidas seguintes:

- i) Aplicação das reduções legalmente vigentes às remunerações auferidas; e
- ii) Não há lugar à aplicação de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme medida também prorrogada para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março.

A redução prevista na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, será progressivamente eliminada ao longo do ano de 2016, com as reversões estabelecidas na lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro.

Regalias e benefícios sociais:

- a) Subsídio de refeição: o respetivo valor não poderá ser superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, ou caso o valor percebido a 31 de dezembro de 2014 não coincida com o montante fixado na referida portaria, não poderá ser objeto de qualquer atualização até que esse montante atinja o referido valor, nos termos do nº 1 e 2 do artigo 43º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, cujos efeitos foram prorrogados para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 7-A/2016, de 13 de março.
- b) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.
- c) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público e
- d) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa, com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez, nos termos do artigo 34.º do Estatuto do Gestor Público

Não é permitida:

- i) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e
- ii) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Ao estatuto remuneratório fixado aplicam-se outras disposições que venham a ser aprovadas.

3. Conselho Fiscal

Presidente: Valor mensal líquido de 1.281,90 €, pago 14 vezes por ano.

Vogal: Valor mensal líquido de 961,42 €, pago 14 vezes por ano.

Revisor Oficial de Contas (ROC): A remuneração anual líquida será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da empresa e o respetivo Revisor Oficial de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração mensal global líquida atribuída à Presidente do Conselho de Administração da APSS, SA.

Ao valor da prestação de serviços, pago 12 meses por ano, acresce IVA, à taxa legal em vigor.

Deverão ser reembolsadas pela entidade ao ROC, as despesas de transporte e alojamento, bem como quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções, conforme dispõe o nº 2 do artigo 58º dos Estatutos da OROC.

A estes valores ilíquidos fixados devem ser aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente vigentes. Aplicam-se ainda outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas. A remuneração efetivamente auferida não pode exceder o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro.

Remunerações e outras regalias (valores anuais)

1. Mesa Assembleia Geral

2024

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de senhas pagas	Valor Bruto Auferido (€)
2023 - 2025	Presidente	Associação Industrial Portuguesa	500,00	0,00	0,00
2023 - 2025	Secretário	Pedro Manuel Mota C. Grilo	350,00	0,00	0,00

Nota: Os membros da AG são comuns à APSS,SA e à APL,SA (mandato 2023-2025)

2023

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de senhas pagas	Valor Bruto Auferido (€)
2016 - 2018	Presidente	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	500,00	0,00	0,00
2016 - 2018	Secretário	Pedro Manuel Mota C. Grilo	350,00	0,00	0,00
2023 - 2025	Presidente	Associação Industrial Portuguesa	500,00	0,00	0,00
2023 - 2025	Secretário	Pedro Manuel Mota C. Grilo	350,00	0,00	0,00
					0,00

Nota: Os membros da AG são comuns à APSS,SA e à APL,SA (mandato 2023-2025)

2022

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2016 - 2018	Presidente	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	500,00	0,00
2016 - 2018	Secretário	Pedro Manuel Mota C. Grilo	350,00	0,00
				0,00

2. Conselho de Administração

2024

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual Auferida (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Carlos Alberto do Maio Correia	98.204,76	0,00	98.204,76	-4.910,28	93.294,48
Ricardo Jorge de Sousa Roque	78.563,86	0,00	78.563,86	-3.928,26	74.635,60
Isabel Sofia de Moura Ramos	78.563,86	0,00	78.563,86	-3.928,26	74.635,60
Carla Maria Lamego Ribeiro	78.563,86	0,00	78.563,86	-3.928,26	74.635,60
António Hugo Lindo Santos Caracol	78.563,86	0,00	78.563,86	-3.928,26	74.635,60
			412.460,20	-20.623,32	391.836,88

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Nota: As remunerações do CA são suportadas em partes iguais pela APSS,SA e pela APL,SA.

Os montantes indicados correspondem à remuneração total auferida por cada membro do CA em 2024

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Carlos Alberto do Maio Correia	12,00	2.845,00	Segurança Social	22.292,77	1.028,68	N.A.	OSC(*)	1.272,00
Ricardo Jorge de Sousa Roque	12,00	2.873,00	Segurança Social	17.863,37	407,82	N.A.	N.A.	0,00
Isabel Sofia de Moura Ramos	12,00	2.785,00	Segurança Social	17.858,43	407,82	N.A.	OSC(*)	477,00
Carla Maria Lamego Ribeiro	12,00	2.785,00	CGA	17.858,43	N.A.	N.A.	OSC(*)	636,00
António Hugo Lindo Santos Caracol	12,00	2.701,00	Segurança Social	17.854,44	N.A.	N.A.	OSC(**)	768,29
		13.989,00		93.727,44	1.844,32			3.153,29

Nota: No quadro é indicado o encargo anual total com cada membro do CA, suportado de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.

(*) Apoios sociais (Subsídio de Estudos)

(**) Apoios Sociais (Subsídio de Estudos) e Regime Complementar de Saúde

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Carlos Alberto do Maio Correia						0,00
Ricardo Jorge de Sousa Roque						0,00
Isabel Sofia de Moura Ramos	1.773,25	2.094,00	1.146,61	*	75,00	5.088,86
Carla Maria Lamego Ribeiro	2.379,80	1.484,00	938,16	*	75,00	4.876,96
António Hugo Lindo Santos Caracol	1.697,46	590,00	833,92	*	56,00	3.177,38
						13.143,20

(*) Seguro Viagem e estacionamento

Os montantes indicados foram totalmente suportados pela APSS,SA



Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								Observações	
	Viatura atribuída	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura ¹	Modalidade	Ano Início ²	Ano Termo	Valor da Renda Mensal ³	Gasto Anual com Rendas ⁴		Prestações Contratuais Remanescentes ⁵
Carlos Alberto do Maio Correia	S	S Uso Pessoal	33.284,92	aquisição	2018		n.a.	n.a.	n.a.	Viatura APSS
Ricardo Jorge de Sousa Roque	S	S Uso Pessoal	33.284,92	aquisição	2018		n.a.	n.a.	n.a.	Viatura APSS
Isabel Sofia de Moura Ramos (1)	S	S Uso Pessoal	37.890,54	aquisição	2013		n.a.	n.a.	n.a.	Viatura APL
	S	N Uso de Serviço	---	Leasing Operacional	2024		2.588,43	2.588,43	0	Leasing outubro
	S		---				1.250,00	2.500,00	6	Leasing novembro e dezembro
Carla Maria Lamego Ribeiro (1)	S	S Uso Pessoal	32.673,52	aquisição	2013		n.a.	n.a.	n.a.	Viatura APL
	S	N Uso de Serviço	---	Leasing Operacional	2024		1.552,17	1.552,17	0	Leasing outubro
	S		---				1.250,00	2.500,00	6	Leasing novembro e dezembro
António Hugo Lindo Santos Caracol (1)	S	S Uso Pessoal	32.673,52	aquisição	2013		n.a.	n.a.	n.a.	Viatura APL
	S	N Uso de Serviço	---	Leasing Operacional	2024		1.640,12	1.640,12	0	Leasing outubro
	S		---				1.250,00	2.500,00	6	Leasing novembro e dezembro

¹ Valor de aquisição da viatura
² Ano de aquisição da viatura e não o ano de início de utilização pelo titular do acordo
³ Total mensal da renda, sem IVA.
⁴ Valor total das rendas, sem IVA, registado em 2024
⁵ Valor total das prestações remanescentes após 31/12/2024
⁶ Contrato temporário, renovável mensalmente. Aguarda-se disponibilidade por parte do fornecedor das viaturas contratualizadas através do procedimento concursal 52-CP-2024

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Carlos Alberto do Maio Correia	522,37	2.255,59	809,35	3.064,94	Viatura APSS
Ricardo Jorge de Sousa Roque	417,89	1.552,38	921,55	2.473,93	Viatura APSS
Carla Maria Lamego Ribeiro	417,89	2.241,25	795,82	3.037,07	Viatura APL
António Hugo Lindo dos Santos Caracol	417,89	2.934,92	753,26	3.688,18	Viatura APL
Isabel Sofia de Moura Ramos	417,89	3.017,88	853,35	3.871,23	Viatura APL
				16.135,35	

Nota: De acordo com a DUE, a remuneração dos atuais Administradores, bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportados em partes iguais, pela APSS e pela APL

a) Viaturas da APL
b) Viaturas da APSS

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)			
	Plafond Mensal Definido	Plafond Anual Definido	Valor Anual	Observações
Carlos Alberto do Maio Correia	80,00	960,00	247,07	a)
Ricardo Jorge de Sousa Roque	80,00	960,00	273,98	a)
Carla Maria Lamego Ribeiro	80,00	960,00	469,84	a)
António Hugo Lindo dos Santos Caracol	80,00	960,00	222,90	a)
Isabel Sofia de Moura Ramos	80,00	960,00	220,70	a)
				1.434,49

Nota: De acordo com a DUE, a remuneração dos atuais Administradores, bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportados em partes iguais, pela APSS e pela APL

a) Devido a problemas com o operador, os valores faturados e indicados não correspondem à totalidade do ano

2023

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual Auferida (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Carlos Alberto do Maio Correia	95.344,34	N.A.	95.344,34	-4.767,28	90.577,06
Ricardo Jorge de Sousa Roque	76.275,50	N.A.	76.275,50	-3.813,72	72.461,78
Isabel Sofia de Moura Ramos	76.275,50	N.A.	76.275,50	-3.813,72	72.461,78
Carla Maria Lamego Ribeiro	76.275,50	N.A.	76.275,50	-3.813,72	72.461,78
António Hugo Lindo Santos Caracol	76.275,50	N.A.	76.275,50	-3.813,72	72.461,78
			400.446,34	-20.022,16	380.424,18

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Nota: As remunerações do CA são suportadas em partes iguais pela APSS,SA e pela APL,SA.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Carlos Alberto do Maio Correia	11,00	2.508,00	Segurança Social	20.956,67	1.043,35	N.A.	OSC(***)	1.200,00
Ricardo Jorge de Sousa Roque	11,00	2.376,00	Segurança Social	16.773,33	413,65	N.A.	N.A.	0,00
Isabel Sofia de Moura Ramos	11,00	2.222,00	Segurança Social	16.771,72	413,65	N.A.	OSC(***)	450,00
Carla Maria Lamego Ribeiro	11,00	2.563,00	CGA	16.780,54	N.A.	N.A.	OSC(***)	600,00
António Hugo Lindo Santos Caracol	11,00	2.332,00	Segurança Social	16.774,13	N.A.	N.A.	OSC(**)	884,41
		12.001,00		88.056,39	1.870,65			3.134,41

Nota: Tal como as remunerações do CA também os demais encargos são suportadas em partes iguais pela APSS,SA e pela APL,SA

(**) Apoios Sociais (Subsídio de Estudos) e Regime Complementar de Saúde

(***) Apoios Sociais (Subsídio de Estudos)

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Carlos Alberto do Maio Correia	901,30	1.494,74	500,00	+	75,38	937,50
Ricardo Jorge de Sousa Roque			0,00			0,00
Isabel Sofia de Moura Ramos	225,68	829,26	500,00			500,00
Carla Maria Lamego Ribeiro			125,00			125,00
António Hugo Lindo Santos Caracol			125,00			125,00
						1.687,50

(*) Táxis e metro

Nota: Os gastos anuais associados a deslocações são repartidos entre APSS,SA e APL,SA exceto se tratar de deslocação respeitante apenas a uma das empresas caso em que os gastos associados são suportados exclusivamente pela empresa em causa.

O quadro em causa reporta apenas os gastos suportados pela APSS,SA



Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Carlos Alberto do Maio Correia	507,15	2.199,08	898,55	3.097,63	b)
Ricardo Jorge de Sousa Roque	405,72	1.378,34	956,00	2.334,34	b)
Carla Maria Lamego Ribeiro	405,72	2.117,60	817,29	2.934,89	a)
António Hugo Lindo dos Santos Caracol	405,72	2.507,99	905,46	3.413,45	a)
Isabel Sofia de Moura Ramos	405,72	3.000,70	1.248,22	4.248,92	a)
				16.029,22	

Nota: De acordo com a DUE, a remuneração dos atuais Administradores, bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportados em partes iguais, pela APSS e pela APL

a) Viaturas da APL

b) Viaturas da APSS

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Definido	Gastos com Comunicações(€)		Observações
		Plafond Anual Definido	Valor Anual	
Carlos Alberto do Maio Correia	80,00	960,00	202,85	
Ricardo Jorge de Sousa Roque	80,00	960,00	279,33	
Carla Maria Lamego Ribeiro	80,00	960,00	132,54	
António Hugo Lindo dos Santos Caracol	80,00	960,00	112,25	
Isabel Sofia de Moura Ramos	80,00	960,00	217,68	
			944,65	

Nota: De acordo com a DUE, a remuneração dos atuais Administradores, bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportados em partes iguais, pela APSS e pela APL

2022

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Abonos devidos pela cessação de funções (5)	Valor Bruto Final (6) = (3)-(4)+(5)
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	61.809,33	N.A.	61.809,33	-3.251,84	24.778,52	83.336,01
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	61.809,33	N.A.	61.809,33	-3.251,34	16.237,82	74.795,81
Ricardo Jorge de Sousa Roque	58.593,98	N.A.	58.593,98	-2.929,80	N.A.	55.664,18
Carlos Alberto do Maio Correia	58.593,98	N.A.	58.593,98	-2.929,80	N.A.	55.664,18

*O valor bruto final inclui retroativos a janeiro de 2020 da atualização das remunerações e a remuneração devida pela cessação de funções

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Abonos devidos pela cessação de funções (5)	Valor Bruto Final (6) = (3)-(4)+(5)
Carlos Alberto do Maio Correia	19.855,47	N.A.	19.855,47	-992,78	N.A.	18.862,69
Ricardo Jorge de Sousa Roque	15.884,36	N.A.	15.884,36	-794,22	N.A.	15.090,14
Isabel Sofia de Moura Ramos	13.391,93	N.A.	13.391,93	-708,45	N.A.	12.683,48
Carla Maria Lamego Ribeiro	12.852,79	N.A.	12.852,79	-642,65	N.A.	12.210,14
António Hugo Lindo Santos Caracol	13.575,71	N.A.	13.575,71	-678,80	N.A.	12.896,91
			316.366,88	-16.179,68	41.016,34	341.203,54

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Nota: As remunerações do CA são suportadas em partes iguais pela APSS, SA e pela APL, SA.



Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)								
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros		
	Valor / Dia	Montante pago	Ano	Identificar	Encargo Anual		Identificar	Valor	
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	11,00	2.014,00		CGA	19.935,71	N.A.	N.A.	OSC (****)	435,35
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	11,00	1.942,23		Segurança Social	17.903,21	N.A.	N.A.	OSC(**)	998,79
Ricardo Jorge de Sousa Roque	11,00	1.969,00		Segurança Social	13.361,24	256,84	N.A.	N.A.	N.A.
Carlos Alberto do Maio Correia	11,00	2.123,00		Segurança Social	13.375,25	647,84	N.A.	OSC(***)	890,00

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)								
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros		
	Valor / Dia	Montante pago	Ano	Identificar			Encargo Anual	Identificar	Valor
Carlos Alberto do Maio Correia	11,00	445,27		Segurança Social	4.500,53	N.A.	N.A.	OSC(***)	240,00
Ricardo Jorge de Sousa Roque	11,00	463,00		Segurança Social	3.609,52	N.A.	N.A.	N.A.	0,00
Isabel Sofia de Moura Ramos	11,00	451,00		Segurança Social	2.096,70	72,04	N.A.	OSC(***)	90,00
Carla Maria Lamego Ribeiro	11,00	495,00		CGA	2.961,89	N.A.	N.A.	OSC(***)	120,00
António Hugo Lindo Santos Caracol	11,00	462,00		Segurança Social	3.089,75	N.A.	N.A.	OSC(***)	120,00
		10.364,50			80.833,80	976,72			2.894,14

Nota: Tal como as remunerações do CA também os demais encargos são suportadas em partes iguais pela APSS,SA e pela APL,SA

(**) Apoios Sociais (Subsídio de Estudos) e Regime Complementar de Saúde

(***) Apoios Sociais (Subsídio de Estudos)

(****) Regime complementar de saúde

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco						
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos						
Ricardo Jorge de Sousa Roque	58,88	289,00		(*)	17,50	365,38
Carlos Alberto do Maio Correia	1.079,52	486,00		(*)	49,00	1.614,52
						1.979,90

(*) Seguros de viagem, estacionamento, táxis

Ao contrário do que sucede com as remunerações e respetivos encargos, que são repartidos equitativamente com a APSS, os gastos com deslocações apenas são repartidos se respeitarem a temas comuns a ambas as administrações.



Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
José Emílio Coutinho Garrido Castel Branco	393,83	1.502,16	485,95	1.988,11	b)
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	393,83	1.688,48	466,74	2.155,22	a)
Ricardo Jorge de Sousa Roque	393,83	1.119,76	377,65	1.497,41	c)
Carlos Alberto do Maio Correia	393,83	1.936,85	619,25	2.556,10	b)
				8.196,84	

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Carlos Alberto do Maio Correia	492,29	358,37	145,70	504,07	b)
Ricardo Jorge de Sousa Roque	393,83	218,72	123,25	341,97	b)
Carla Maria Lamego Ribeiro	393,83	667,37	80,70	748,07	a)
António Hugo Lindo dos Santos Caracol	393,83	501,37	80,84	582,21	a)
Isabel Sofia de Moura Ramos	393,83	734,27	200,84	935,11	a)
				3.111,43	

Nota: De acordo com a DUE, a remuneração dos atuais Administradores, bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportados em partes iguais, pela APSS e pela APL

a) Viaturas da APL

b) Viaturas da APSS

c) Viatura APL até 30/09/2022; Viatura da APSS após 01/10/2022

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Definido	Gastos com Comunicações(€)		
		Plafond Anual Definido	Valor Anual	Observações
José Emílio Coutinho Garrido Castel Branco	80,00	960,00	313,66	
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	80,00	960,00	369,70	
Ricardo Jorge de Sousa Roque	80,00	960,00	238,56	
Carlos Alberto do Maio Correia	80,00	960,00	378,33	
			1.300,25	

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Definido	Gastos com Comunicações(€)		
		Plafond Anual Definido	Valor Anual	Observações
Carlos Alberto do Maio Correia	80,00	960,00	31,15	
Ricardo Jorge de Sousa Roque	80,00	960,00	42,62	
Carla Maria Lamego Ribeiro ¹	80,00	960,00	26,74	
António Hugo Lindo dos Santos Caracol ¹	80,00	960,00	72,26	
Isabel Sofia de Moura Ramos ¹	80,00	960,00	26,91	
			199,68	

Nota: De acordo com a DUE, a remuneração dos atuais Administradores, bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportados em partes iguais, pela APSS e pela APL

¹ Início de novo Mandato a 26/10/2022

3. Conselho Fiscal

2024

Nome	Remuneração Anual Auferida (Bruta)
Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas ¹	20.495,62
Carla Sofia Baptista Reis Santos ¹	15.371,79
Tiago Manuel Rodrigues Estevinho ¹	15.371,79
Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira ¹	0,00
	51.239,20

Nota: As remunerações do CF, no mandato 2023-2025, são suportadas em partes iguais pela APSS,SA e pela APL,SA

¹ Os membros do CF, nomeados para o triénio 2023-2025, apenas foram abonados em janeiro de 2024 com efeitos à data da nomeação (18.12.2023), porém os valores apresentados neste quadro respeitam apenas ao ano de 2024

2023

Nome	Remuneração Anual Auferida (Bruta)
Teresa Isabel Carvalho Costa ¹	17.600,31
Sara Alexandra Ribeiro Simões Duarte Ambrósio ¹	13.200,10
Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas ²	0,00
Carla Sofia Baptista Reis Santos ²	0,00
Tiago Manuel Rodrigues Estevinho ²	0,00
Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira ²	0,00
	30.800,41

Nota: As remunerações do CF, no mandato 2023-2025, são suportadas em partes iguais pela APSS,SA e pela APL,SA

¹ Foram abonadas remunerações até ao dia 17/12/2023

² Os membros do CF, nomeados para o triénio 2023-2025, apenas foram abonados em janeiro de 2024 com efeitos à data da nomeação (18.12.2023)

2022

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	
Teresa Isabel Carvalho Costa	17.946,60	0,00	18.270,28	**
Sara Alexandra Ribeiro Simões Duarte Ambrósio	13.459,88	0,00	13.702,36	**
Pricewaterhouse Coopers & Associados SROC nº 183			(*)	
José Manuel Henriques Bernardo ROC nº 903			(*)	
			31.972,64	

(*) Renunciaram ao cargo e ainda não houve nomeações

** Inclui retroativos a janeiro de 2020 devidos pela atualização do valor das remunerações



4. Revisor Oficial de Contas

2024

Nome ROC/FU	(unidade: euros)			
	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços		Valor Anual de Serviços Adicionais	
	Valor Anual	Identificação do Serviço	Valor Anual	Identificação do Serviço
Vitor Almeida & Associados, SROC	18.583,92	Revisão Legal de Contas	n.a	n.a

Nota: No contrato foi igualmente prevista a Revisão Legal de Contas referentes aos exercícios de 2019 a 2023 sendo os honorários devidos por estes trabalhos de 9.291,96 euros por cada exercício, com o pagamento a ocorrer após a emissão das respetivas Certificações Legais das Contas.

Até 2024 o Revisor Oficial de Contas era membro do Conselho Fiscal.

Funções e Responsabilidades

Mandato 2022-2024 (CA)

Mandato 2023-2025 (CF)

Mandato 2024-2026 (ROC)

1. Conselho de Administração

As estabelecidas no art.º 10º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de novembro e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

Presidente do Conselho de Administração

As estabelecidas no art.º 13º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de novembro.

Com responsabilidades específicas de cada membro do Conselho de Administração inerentes à distribuição de pelouros das áreas da estrutura interna da empresa, do seguinte modo:

a) No Presidente do Conselho de Administração, Carlos Alberto do Maio Correia:

DNPL - Direção de Negócio Portuário e Logística;
DEIA - Direção de Equipamento, Infraestruturas e Ambiente.

b) Nas (os) Vogais do Conselho de Administração:

- Carla Maria Lamego Ribeiro:

DSFA - Direção dos Serviços Financeiros e Aprovisionamento;
DRH - Direção de Recursos Humanos;
dCP - Divisão de Contratação Pública.

- António Hugo Lindo Santos Caracol:

DGDPS - Direção de Gestão do Património Dominial e do Porto de Sesimbra.

- Isabel Sofia de Moura Ramos:

DDPQ - Direção de Desenvolvimento Portuário e da Qualidade;
GSP - Gabinete *Smart Ports*;
DeCRE- Departamento de Comunicação e Relações Exteriores.

- Ricardo Jorge de Sousa Roque:

DP - Direção de Pilotagem;
DSMP - Direção de Segurança Marítima e Portuária;
GJ - Gabinete Jurídico.

2. Órgãos de Fiscalização (CF e ROC)

As estabelecidas no art.º 16º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de novembro e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

Mandato 2016-2018

1. Conselho de Administração

As estabelecidas no art.º 10º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de novembro e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

Presidente – Dr.^a Maria Lídia Ferreira Sequeira

As estabelecidas no art.º 13º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de novembro e responsabilidades específicas nas áreas comercial e logística, gestão de concessões, desenvolvimento portuário e projetos estratégicos, inovação, qualidade, ambiente e segurança, de apoio ao Conselho de administração e de apoio à provedoria.

Vogal Executivo – Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

Responsabilidades específicas nas áreas financeira e de informática e telecomunicações.

Vogal Executivo – Dr. Ricardo Miguel Medeiros dos Santos

Responsabilidades específicas nas áreas de gestão dominial e do porto de Sesimbra e comercial e marketing.

Vogal Executivo – Dr. Ricardo Jorge de Sousa Roque

Responsabilidades específicas nas áreas jurídica, recursos humanos, pilotagem, segurança marítima e portuária e publicidade e comunicação comercial.

Vogal Executivo – Eng.º Carlos Alberto do Maio Correia

Responsabilidades específicas nas áreas de equipamentos, infraestruturas e ambiente e de estudos e desenvolvimento económico.

2. Conselho Fiscal (inclui Revisor Oficial de Contas)

As estabelecidas no art.º 16º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de novembro e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

Currículos

1. Conselho de Administração (Mandato 2022-2024)

Presidente do Conselho de Administração: Carlos Alberto do Maio Correia

Experiência Profissional

Conta com 24 anos de experiência no sector da mobilidade e dos transportes em áreas relacionadas com o planeamento estratégico de sistemas de transportes, incluindo a coordenação técnica de inúmeros estudos e projetos técnicos de engenharia, de mercado e económico-financeiros.

Desde 1997, que assume em empresas do sector empresarial do Estado funções de direção de órgãos responsáveis pelo planeamento, estudo e gestão de sistemas de transportes, tendo neste âmbito coordenado e participado em inúmeros projetos envolvendo a prestação de serviços de assessoria técnica e a realização de estudos técnicos e económico-financeiros de suporte à decisão.

Conta com uma vasta experiência no desempenho de funções públicas, quer ao nível da assessoria técnica a membros do Governo no apoio à decisão e implementação de políticas de transportes e de gestão das empresas do sector dos transportes tuteladas, quer no desempenho de funções de direção em resultado de ter presidido à AMTL - Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa e ao IMTT, I.P. - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres.

No âmbito do exercício dos diversos cargos públicos coordenou e assegurou a representação em diversos grupos de trabalho, conselhos consultivos, comissões de acompanhamento e intervenções públicas no âmbito de seminários, palestras, encontros e convenções nacionais e internacionais.

Nos períodos de 1996 a 1997 e de 2005 a 2007, desempenhou as funções de adjunto e assessor na Secretaria de Estado das Obras Públicas e na Secretaria de Estado dos Transportes respetivamente, órgãos do Governo de Tutela e regulação do sector dos transportes e das obras públicas, assegurando o suporte técnico especializado aos membros do Governo responsáveis pelas respetivas áreas.

No período de 2009 a 2011, desempenhou as funções Presidente da Comissão Executiva da AMTL, entidade pública com atribuições em matéria de planeamento, organização, operação, financiamento, fiscalização, divulgação e desenvolvimento do transporte público de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa, tendo enquanto primeiro presidente desta Autoridade sido responsável designadamente pelo seu estabelecimento, organização e seleção e constituição de equipas.

Nos períodos de 2007 a 2009 e de 2011 a 2013, desempenhou as funções de Vogal e Presidente do Conselho Diretivo do IMTT, I.P. – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, instituto público integrado na administração indireta do Estado responsável pela regulação, regulamentação técnica, de licenciamento, de coordenação, de fiscalização e de planeamento no sector dos transportes terrestres e fluviais, com jurisdição sobre todo o território nacional, com sede em Lisboa mas dispondo de serviços desconcentrados, nas Direções Regionais de Mobilidade e Transportes do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, totalizando cerca de 800 colaboradores.

Entre 2013 e 2014, assumiu a função de Responsável do Departamento de Planeamento Estratégico da Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE, onde coordenou equipa de 11 colaboradores, cabendo a este Departamento propor a estratégia para o desenvolvimento da Rede Ferroviária Nacional, visando o aumento da quota modal do transporte ferroviário e desenvolver os estudos, planos e programas para a concretização dos investimentos, em alinhamento com a política e orientações para o sistema de transportes.

Em 2015 assumiu a função de Responsável do Departamento de Mobilidade e Clientes da Infraestruturas de Portugal, que integra a Unidade de Estudos e Estratégia, cujas principais atribuições consistem na definição de estratégias intermodais que otimizem o valor económico da mobilidade, em promover a realização de estudos para conhecimento das necessidades do mercado e respetiva segmentação, e apoio à decisão sobre atuações e definição de produtos e serviços multimodais, de apoio ao desenvolvimento das redes e do negócio, designadamente para conhecimento do valor económico gerado e passível de captar pelos serviços fornecidos, de suporte à cooperação com parceiros logísticos com vista à potenciação do negócio core, designadamente na ligação a plataformas logísticas e a portos, monitorização do nível de satisfação dos clientes core, na gestão de cliente core e coordenação da resolução de interfaces e conflitos e ainda na participação da empresa na definição e implementação da política comum para a TEN-T.

Integra a Direção da ADFERSIT, Associação sem fins lucrativos de natureza estratégica, científica e técnica que procura contribuir para o desenvolvimento dos transportes em Portugal, com especial enfoque no transporte ferroviário.

2016-2018- Vogal dos Conselhos de Administração da APL- Administração do Porto de Lisboa, S.A.

2015-2016 - Ministério do Ambiente - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente
Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente

2015-2015 - Gestor de Infraestrutura das Redes Rodoviária e Ferroviária Nacionais - Infraestruturas de Portugal, S.A. - Responsável do Departamento de Mobilidade e Clientes

2013 – 2015 - Gestor de Infraestrutura da Rede Ferroviária Nacional - Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE - Responsável do Departamento de Planeamento Estratégico



2011 – 2013 - IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. - Presidente do Conselho Diretivo

2009-2011 - AMTL – Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa - Presidente do Conselho Executivo

2007-2009 - IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. - Vogal do Conselho Diretivo

2005-2007- Secretaria de Estado dos Transportes - Assessor da Secretária de Estado dos Transportes

2002-2005 - Ferbritas, S.A. - Consultoria e engenharia dos transportes - Setor Empresarial do Estado - Responsável do Gabinete de Estudos e Assessorias (GEA)

1997-2002 - FERBRITAS, SA - Consultoria e engenharia dos transportes – Setor empresarial do Estado - Responsável do Gabinete de Estudos de Transportes (GET)

1996-1997 - Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território – Secretaria de Estado das Obras Públicas - Adjunto do Secretário de Estado das Obras Públicas

1994-1996 - Conta própria - Consultoria

- Estudo de Reformulação das Interfaces da Linha de Cintura, 1994;

- Estudo Estratégico do Sistema de Transportes de Macau. Viabilidade de Introdução de um Novo Modo de Transporte, 1995;

- Estudo de Viabilidade de Localização de uma Grande Superfície Comercial na Zona de Ferreiras/Albufeira – Estudos de Tráfego, 1996;

- Estudo de Mercado no Eixo Lisboa-Coimbra-Guarda (passageiros), 1998;

- Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Ambiental da Ligação Luso-Espanhola em Alta Velocidade Porto-Vigo. Procura Atual e Potencial, 2005.

1994-1996 - Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa - Professor Assistente

Docência da cadeira Vias de Comunicação do 4º ano do Curso de Engenharia Civil

1993-1996 - CESUR - Centro de Estudos de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico - Assistente de Investigação

Habilitações Académicas

Mestrado em Transportes (frequência)

Economia dos transportes, gestão de tráfego, transporte ferroviário, material circulante, modelação, pesquisas de mercado, análises custo-benefício económicas.

Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa

Licenciatura em Engenharia Civil, ramo de Planeamento Territorial e Transportes

Engenharia Civil, transportes, economia, planeamento regional e urbano, autoestradas, estradas, caminhos-de-ferro, aeroportos e edifícios

Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa

Outras Funções/Cargos

Membro do Conselho Geral da AMTL – Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa e da AMT– Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto;

Membro dos Conselhos Consultivos: Metropolitano de Lisboa, E.P.E.; CP-Comboios de Portugal, E.P.E.; INIR – Instituto Nacional das Infraestruturas Rodoviárias, I.P.

Membro do Conselho de Administração da SIEV - Sistema de Identificação Eletrónica de Veículos, S.A.

Presidente da Comissão de Acompanhamento para a renegociação do contrato de concessão do Metro do Sul do Tejo;

Membro da Comissão de Acompanhamento da parceria público-privada do troço de Alta Velocidade Ferroviária Poceirão – Caia;

Representante do Ministério Economia e Emprego, na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos projetos de investigação e desenvolvimento associados aos grandes contratos públicos.

Vogal do Conselho de Administração: Ricardo Jorge de Sousa Roque

Experiência Profissional

Vogal dos Conselhos de Administração da APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, e da APL-Administração do Porto de Lisboa, S.A, desde 24 de maio de 2016

Diretor da Direção de Compras e Logística, Infraestruturas de Portugal, SA, em comissão de serviço, desde 1 de junho de 2015 (fusão da EP com a REFER), até 23 de maio de 2016;

Diretor da Direção de Contratação, Compras e Logística, Estradas de Portugal, SA, em comissão de serviço, desde 1 de outubro de 2013 a 31 de maio de 2015;

Vogal do Conselho de Administração da APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, desde 2 de maio de 2005 (requisitado à EP) até 22 de fevereiro de 2013;

Diretor do Departamento de Património do Instituto das Estradas de Portugal – IEP, em comissão de serviço, desde 1 de fevereiro de 2000 até 1 de maio de 2005 e, em acumulação, também Diretor dos Recursos Humanos, desde 8 de maio de 2001 até maio de 2003 (O IEP foi transformado em empresa pública em 1 de janeiro de 2005, tendo passado a denominar-se de EP – Estradas de Portugal, EPE;

Consultor, do quadro de pessoal do Instituto das Estradas de Portugal – IEP (desde 1 de fevereiro de 2000 a 2016, atualmente designada Infraestruturas de Portugal, SA;

Adjunto do Ministro da Presidência no XIV Governo (outubro de 1999 a fevereiro de 2000);

Chefe do Gabinete do Alto-Comissário (CAREAT) do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território no XIII Governo (março de 1996 a outubro de 1999);

Advogado com escritório em Macau (20/9/92 a março de 1996);

Chefe do Sector de Fiscalização da Direção dos Serviços de Turismo do Governo de Macau (7/3/89 a 31/1/90 e de 15/6/91 a 20/9/92);

Assessor do Secretário-Adjunto para a Educação e Administração Pública do Governo de Macau (1/2/90 a 14/6/91);

Técnico Superior (jurista) da Direção dos Serviços de Finanças do Governo de Macau (31/3/88 a 6/3/89);

Técnico Superior (jurista) da Direção dos Serviços de Turismo do Governo de Macau (9/12/87 a 30/3/88);

Adjunto do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-ministro no XIX Governo (1984-1985).

Educação e Formação

Licenciatura em Direito (Ciências Jurídicas), pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1987;

Pós-graduação em Gestão Geral para Executivos no IDEFE/ISEG, 2016;

Seminário sobre “Expropriações” na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (dezembro de 2000);

Curso sobre Direitos Humanos - Universidade da Ilha do Príncipe Eduardo, Canadá, 1986.

Outras funções/cargos

Membro do Conselho Social dos Leões de Portugal, IPSS, desde 2012.

Presidente do Conselho Fiscal do Club Setubalense (Instituição de Utilidade Pública), desde 1/2012;

Vice-Presidente do Vitória Futebol Clube de Setúbal (desde 22/12/1999 até 11/07/2003);

Presidente da Casa do Pessoal do Grupo de Turismo de Macau, 1989 a 1992;

Membro do Conselho Nacional da Juventude em 1987;

Representante de Portugal na Conferência sobre o Ano Internacional da Juventude no âmbito da ONU, em Montreal-Canadá, 1985.

Deputado à Assembleia da República em 1986 (em substituição);

Diretor da Associação Académica de Coimbra - Organismo Autónomo de Futebol (1984/1987);

Presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra (1984/1985);

Presidente da Mesa da Assembleia Magna da Associação Académica de Coimbra (1983/1984);

Atividades associativas diversas Associação Académica de Coimbra no Liceu Nacional de Setúbal, Casa de Cultura da Juventude de Setúbal/FAOJ (1974-1978);

Vogal do Conselho de Administração: Carla Maria Lamego Ribeiro

Experiência Profissional

Vogal do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E., desde janeiro 2022 até outubro 2022.

Vogal da Direcção Executiva do Fundo de Apoio Municipal, dezembro 2014 até outubro 2022;

Presidente do Conselho Fiscal das Águas de Portugal, S.G.P.S., dezembro 2014 até à data;

Vogal não Executiva do Conselho de Administração da Fundação para as Comunicações Móveis, 2013 a 2015;

Adjunta no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, com designação de substituta do Chefe de Gabinete, julho de 2013 a dezembro 2014;

Adjunta no Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento, junho de 2011 a julho de 2013;

Adjunta no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, com designação de interlocutora junto do GMEF, outubro de 2010 a junho de 2011;

Inspetora de Finanças Superior, Inspeção Geral de Finanças, de 2007 a 2010;

Chefe de Divisão de Auditoria, Direção Geral do Orçamento, 2002 a 2007;

Coordenadora de Auditoria, Direção de Serviços de Auditoria, Direção-Geral do Orçamento, de 1999 a 2002;

Técnica Superior de Orçamento e Conta, Direção de Serviços de Auditoria, Direção-Geral do Orçamento, de 1996 a 1999;

Técnica Superior da Direção das Atividades Económicas, Direção Geral do Desenvolvimento Regional, afeta ao subcomité de acompanhamento do PEDIP II, 1996.

Educação e Formação

Pós-Graduada em Estudos Europeus (Direito Económico Europeu) pela Faculdade de Direito de Lisboa, Universidade de Lisboa (1999)

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa (1994)

Outras funções/cargos

Suplente na Subcomissão Técnica [SCT] - Finanças Sustentáveis da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (Integrada na Comissão Técnica 164 – Responsabilidade Social), desde 2019;

Membro da Comissão de Reforma da Lei de Enquadramento Orçamental, constituída por Despacho de 13 de agosto de 2014, de Sua Exa. a Ministra de Estado e das Finanças;

Membro do Grupo de Trabalho para a Regulamentação do Fundo de Apoio Municipal, 2013-2014;

Membro do Grupo de trabalho para a extinção e regulamentação da Casa do Douro, 2012- 2013;

Membro do Secretariado Técnico do Grupo encarregue da revisão da Lei de Finanças Regionais e Lei de Finanças Locais, 2012-2014;

Representante do MF no processo de extinção da dívida e atividade da Fundação para as Comunicações Móveis, 2013-2015;

Representante do MF no Conselho Nacional para a Economia Social presidido pelo Sr. Primeiro-Ministro, por nomeação do Sr. MEF em novembro de 2010;

Membro do Grupo de Trabalho para a Monitorização e Acompanhamento da Execução Orçamental por nomeação do Sr. MEF em janeiro de 2011;

Representante do MF no acompanhamento do Protocolo celebrado com a APIFARMA, 2011;

Colaboração na elaboração do PAEF celebrado entre o Estado Português e os parceiros internacionais, FMI, CE e BCE e nas missões técnicas do FMI e CE no âmbito dos trabalhos relativos a “priority actions” do Programa, 2011-2014;

Integração na revisão e redação de vários normativos legais no âmbito da gestão financeira e orçamental do Estado algumas em colaboração direta com o FMI, envolvendo a participação direta na redação da LCPA, do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), da RFALEI e das Leis Orgânicas das Regiões Autónomas;

Acompanhamento de várias iniciativas legislativas no âmbito das missões técnicas realizadas no âmbito do PAEF, com destaque para as Leis-Quadro das entidades reguladoras e os Regimes Jurídicos do Setor Empresarial do Estado e Setor Empresarial local, a par de várias intervenções no âmbito dos Hospitais Públicos;

Interlocutora do Gabinete do Sr. SEAO junto da equipa do FMI responsável pela Revisão da Lei de Finanças Locais, Lei de Finanças Regionais e pela implementação da Lei de Compromissos (LCPA);

Participação direta no projeto Orçamento do Cidadão, 2014.

Línguas: inglês, português

Vogal do Conselho de Administração: Isabel Sofia de Moura Ramos

Experiência Profissional

Vogal do Conselho de Administração da APA-Administração do de Aveiro, SA e Vogal do Conselho de Administração da APFF-Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A, desde 15 de abril de 2019 até setembro de 2022;

Técnica Especialista no Gabinete da Ministra do Mar do XXI Governo Constitucional, desde 11 de abril 2017 a 14 de abril 2019;

Assessora na Direção de Terminais Portuários e Logística da APL – Administração do Porto de Lisboa SA, de 14 de maio 2014 a 10 de abril 2017;

Diretora Executiva da Shortsea Portugal - Associação Portuguesa de Promoção do Transporte Marítimo de Curta Distância de janeiro 2015 a abril 2017;

Técnica Superior, Coordenadora da Área de Desenvolvimento de Negócios da APA – Administração do Porto de Aveiro, SA e APFF – Administração do Porto da Figueira da Foz, SA de 2005 a 2014;

Coordenadora do Plano Comercial da Comunidade Portuária de Aveiro, de março 2011 a dezembro 2013;
Técnica Superior no Gabinete de Apoio à Estratégia e Marketing da APA – Administração do Porto de Aveiro, SA de 2003 a 2004

Técnica Superior na Direção de Coordenação Portuária da APA – Administração do Porto de Aveiro, SA de novembro 2000 a 2002;

Consultora na Moai – Consultoria em Turismo, Lda de abril 2000 a outubro 2000

Educação e Formação

Conclusão do plano curricular do Programa Doutoral em Marketing e Estratégia Universidade de Aveiro;

Pós-Graduação em Gestão de Informação pela Universidade de Aveiro;

Pós-Graduação em Gestão de Marketing pelo IPAM - Instituto Português de Administração de Marketing;

Licenciatura em Economia pela Universidade da Beira Interior;

Curso Avançado de Gestão Pública pelo INA - Instituto Nacional de Administração, I.P.;

Curso Executivo Transformação Digital Aplicada – Nova School Business Economics Port Management Executive Course - Port Economics;

Curso de Estratégia “Balanced Scorecard” - Palladium Group

Outras funções/cargos

Formadora-convidada da Escola Europeia de Short Sea Shipping - Intermodal Transport, Porto de Barcelona, 2015-2017;

Formadora- convidada do ISCIA - Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração de Aveiro, 2011 a maio 2014;

Membro Fundador da Direção da WISTA (Women's International Shipping & Trading Association Portugal), desde 2018;

Presidente da Assembleia Geral da Casa do Pessoal do Porto de Aveiro, 2011-2013;

Membro-representante da Associação dos Portos de Portugal para o Plano de Ação Pilar I – “Os Portos do Atlântico Enquanto Ponto de Entrada e Placas Giratórias da Economia Azul”;

Línguas: inglês, espanhol e francês

Vogal do Conselho de Administração: António Hugo Lindo Santos Caracol

Experiência Profissional

Deputado da Assembleia da República 2022 (em substituição)
Adjunto do Secretário de Estado da Juventude e Desporto 2022

Adjunto do Ministro do Planeamento (2019 – 2022)

Adjunto do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas (2015 – 2019)

Formador de Informática e Matemática (2001 – 2008)

Professor de Matemática – (2000 – 2015)

Educação e Formação

Aluno de Mestrado em Administração Pública, pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/IUL)

Pós-Graduado em Administração Pública, pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Licenciado em Matemática, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

Outras funções/cargos

Deputado da Assembleia Municipal de Setúbal, desde 2017 até ao presente.

Vereador na Câmara Municipal de Setúbal (2010 – 2013)

Deputado da Assembleia de Freguesia de São Sebastião, Setúbal (2009 – 2013)

Línguas: Inglês e Francês

2. Conselho Fiscal (Mandato 2023-2025)

Presidente - Ana Beatriz de Azevedo dias Antunes Freitas

Cargos que Exerce

Desde dezembro de 2023 – Presidente o Conselho Fiscal da ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A.

Desde 2009 - Vogal da Comissão Diretiva do Sistema de Indeminização aos Investidores

Cargos que Exerceu

De dezembro 2022 a abril de 2024 - Economista, Técnica Superior na Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças;

De novembro de 2020 a novembro de 2022 - Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banco Português de Fomento, S.A.

De junho de 2018 a novembro de 2022 - Vogal do Conselho de Administração da AECM - European Association of Guarantee Institutions

De dezembro 2017 a novembro de 2022 - Presidente do Conselho de Administração da Associação da Rede Ibero-americana de Garantias - REGAR

De maio de 2017 a outubro de 2020 - Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.

De agosto de 2018 a outubro de 2020: Vogal não executiva do Conselho de Administração e Vogal da Comissão de Auditoria da IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.

De outubro de 2017 a novembro de 2018 - Vogal executivo do Conselho de Administração da Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

De janeiro de 2017 a maio de 2017 - Economista no Conselho de Finanças Públicas

De novembro de 2015 a dezembro de 2017 - Adjunta do Ministro da Economia

De julho 2013 a outubro de 2015 - Economista, Técnica Superior no Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado, Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças;

De outubro 2011 a julho de 2013 - Adjunta do Secretário de Estado do Orçamento no Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento, Ministério das Finanças;

De janeiro 2009 a dezembro de 2010 - Adjunta do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Ministério da Economia;

De julho 1997 a dezembro de 2008 - Economista, Técnica Superior na Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças;

De julho 1994 a julho de 1996 - Diretora de Contabilidade, Controlo Orçamental e Recursos Humanos na CUREL - Cutelarias Luís Matias;

De setembro 1992 a agosto de 1997 - Professora do Ensino Secundário.

Outros

De março 2011 a julho de 2015 - Presidente do Conselho Fiscal da ADTMAD-Águas de Trás-os-Montes Alto Douro, S.A.

De janeiro de 2011 a agosto de 2012 - Vogal do Conselho Fiscal da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.

De maio 2008 a maio de 2012 - Vogal do Conselho Fiscal da ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A.

De abril 2005 a abril de 2011 - Secretária da Mesa da Assembleia-geral da DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A.

De setembro de 2003 a dezembro de 2008 - Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-geral da EGREP - Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E.

Habilitações Académicas

2014 - Componente curricular do Mestrado em Economia e Políticas Públicas - ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa

1988-1993 - Licenciatura em Economia - Universidade Católica Portuguesa

Vogal Efetivo - Carla Sofia Baptista Reis Santos**Habilitações Académicas**

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1992), pós-graduada em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da mesma Universidade (1995) e em Gestão e Controlo Financeiro e Orçamental pela NOVA Information Management School (2018).

Atividade profissional

Inspetora de Finanças Diretora na Inspeção-Geral de Finanças, organismo onde ingressou em março de 1996 na carreira especial de inspeção, sendo responsável pela direção operacional de projetos, designadamente, nas áreas da contratação pública, dos recursos humanos e do controlo financeiro e orçamental.

Docente da NOVA Information Management School – Universidade Nova de Lisboa.

Vogal do Conselho Fiscal da Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E. (ex-Centro Hospitalar e Universitário de Lisboa Norte, E.P.E).

Formadora na área da contratação pública no INA – Instituto Nacional de Administração, I.P. e em diversos organismos públicos.

Funções exercidas anteriormente

Vogal do Conselho de Administração da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (agosto de 2011 a fevereiro de 2014).

Assistente convidada do Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC), de 2007 a 2011.
Diretora de Serviços Jurídicos e de Contencioso da Inspeção-Geral das Atividades Culturais (fevereiro de 2010 a agosto de 2011).

Subdiretora-Geral do Instituto Geográfico Português (junho de 2006 a janeiro de 2010).
Diretora de Serviços de Monitorização Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (fevereiro a junho de 2006).

Vice-Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil (dezembro de 2004 a fevereiro de 2006).
Assessora do Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna (abril de 2003 a dezembro de 2004).

Advogada (outubro de 1992 a março de 1996).

Vogal Efetivo - Tiago Manuel Rodrigues Estevinho

Habilitações Académicas

De setembro de 2011 a 2012 – Master in Finance na Nova School of Business and Economics (componente letiva);

De janeiro de 2006 a janeiro de 2007 – Pós-Graduação em Finanças, na Nova School of Business and Economics;

De setembro de 1998 a junho de 2002 – Curso de Licenciatura em Economia (pré-Bolonha), na Nova School of Business and Economics.

Experiência Profissional

De abril de 2018 até ao momento – Economista na Parpública, Participações Públicas (SGPS), S.A.: acompanhamento do Centro de Conhecimento e Competências para o Sector Público Empresaria, assessoria técnica ao Ministério das Finanças e acompanhamento de empresas participadas;

De novembro de 2013 até março de 2018 – Sênior Manager (Private Equity & Corporate Finance) na PME Investimentos: acompanhamento dos fundos de capital de risco Revitalizar e Membro Representante do Fundo FINOVA no Comité de Investimentos do Fundo Revitalizar Norte, gerido pela Explorer Investments.

De março de 2010 até a março de 2018 – Sênior Manager (Private Equity & Corporate Finance) na PME Investimentos / Portugal Capital Ventures (PV): acompanhamento da gestão de fundos de capital de risco, em particular os fundos geridos pela PV e o Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas – FACCE –, especialmente vocacionado para operações de concentração empresarial (Fusões e Aquisições);

De setembro de 2007 até março de 2010 – Head of Private Equity na BPN Gestão de Ativos: responsável pela gestão de um Fundo de Capital de Risco;

De fevereiro de 2003 até setembro de 2007 – Técnico de Análise de Risco de Crédito Corporate no Banco Português de Negócios;

De novembro de 2002 a fevereiro de 2003 – Técnico de Seguros na Companhia de Seguros Lusitânia, na área de seguros de saúde.

Vogal suplente - Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira

Habilitações académicas e profissionais

Licenciatura em Direito (Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - 1988);

Pós-licenciatura em Estudos Europeus - Dominante Jurídica (Centro de Estudos Europeus da U.C.P. - 1992);

Cédula profissional de advogado n.º 8690 (inscrição suspensa desde 1994);

Atividade profissional

Técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação);

Presidente do Conselho Fiscal da Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.;

Vogal do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar Universitário de São João, E.P.E.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SIRESP - Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A..

Funções exercidas anteriormente

2011 - 2018 – Secretário-geral adjunto do Ministério da Justiça, responsável pelos Serviços Jurídicos e de Contencioso e pela Unidade de Compras do Ministério da Justiça;

2008 - 2011 – Diretor-coordenador (equip. subdiretor-geral) da Área de Recursos Humanos (do Serviço Nacional de Saúde) da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.;

2004 - 2007 – Subdiretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

2001 - 2004 – Diretor (equip. chefe de divisão) do Gabinete de Estudos da Direção-Geral da Administração Extrajudicial;

1997 - 2001 – Coordenador (equip. chefe de divisão) do Gabinete Jurídico da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;

1995 - 1997 – Consultor jurídico da Direção-Geral do Património;

1993 - 1995 – Técnico superior da Direção-Geral do Tesouro.

Serviço Militar

1990 - 1991 – Cumprido no Regimento de Comandos (Amadora), tendo passado à disponibilidade no posto de alferes miliciano de Infantaria “COMANDO”.

Formação profissional

CAGEP - Curso Avançado de Gestão Pública (INA, 2012), FORGEP - Programa de Formação em Gestão Pública (INA, 2010), Seminário de Alta Direção (INA, 2005) e outra formação nas seguintes áreas: Direito Administrativo (gracioso e contencioso), logística, contratação pública, administração financeira do Estado, contabilidade pública, regime de responsabilidade dos dirigentes da Administração Pública, regime jurídico dos trabalhadores públicos, avaliação do desempenho, proteção de dados pessoais e mediação familiar e comercial.